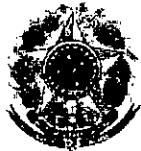


213

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 30 / 09 / 1999
C	<i>ST</i>
Rúbrica	



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10930.001875/96-42  
Acórdão : 203-05.639

Sessão : 09 de junho de 1999  
Recurso : 104.590  
Recorrente : DANTE GAZOLI CONSELVAN  
Recorrida : DRJ em Campo Grande - MS

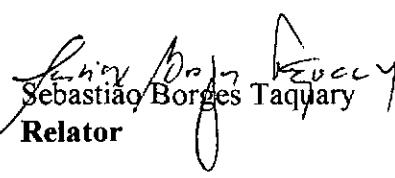
**ITR - VTNm - BASE DE CÁLCULO – REVISÃO** - Após o advento da Lei nº 8.847/94, art. 3º, § 4º, só é possível a revisão do lançamento do ITR mediante comprovação de erro na declaração para cadastro, em relação ao VTN. Inexistindo essa prova técnica, não se infirma a exigência. **CONTRIBUIÇÃO À CNA E À CONTAG**. As contribuições confederativas decorrem de lei e não se infirmam mercê de meras alegações desacompanhadas de fundamentos. **Nega-se provimento ao recurso.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: DANTE GAZOLI CONSELVAN.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1999

  
Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

  
Sebastião Borges Taquary  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Valmar Fonseca de Menezes (Suplente), Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho e Lina Maria Vieira.

Eaal/fclb



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10930.001875/96-42

**Acórdão :** 203-05.639

**Recurso :** 104.590

**Recorrente :** DANTE GAZOLI CONSELVAN

### RELATÓRIO

No dia 06.09.96, o Contribuinte **DANTE GAZOLI CONSELVAN** apresentou sua impugnação contra a notificação de lançamento do ITR/95, relativamente ao VTN e à contribuição à Confederação Nacional da Agricultura, que os considerou de valor muito alto em comparação aos valores cobrados nos anos anteriores, alegando, ainda, que não há previsão legal para a exigência dessa contribuição e postulando que o VTN fosse reduzido a valor normal.

A decisão singular julgou procedente a exigência fiscal, aos fundamentos assim elencados:

“Mesmo que o lançamento tenha origem em valores oriundos de pesquisa nacional de preços da terra, estes publicados em atos normativos, nos termos do artigo 3º, § 2º da Lei 8.847/94, não prevalece se oferecidos elementos de convicção para sua modificação”.

Com guarda do prazo legal, veio o Recurso Voluntário, requerendo que fosse julgada improcedente a exigência ou que fossem seus valores reduzidos para valores que reflitam a realidade rural, aos argumentos de que houve excesso de cobrança, porque o valor correto é de 1993; que houve cerceamento do direito de defesa, porque a perícia do art. 3º, § 4º, da Lei nº 8.847/94, teve seus custos atribuídos ao contribuinte; que é ilegal a cobrança da contribuição confederativa e que está incorreta a base de cálculo, porque o ITR em Mato Grosso está incidindo sobre o valor da terra com suas benfeitorias e não sobre a terra nua.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10930.001875/96-42  
Acórdão : 203-05.639

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY**

Sem razão o Recorrente. Preliminarmente, não houve cerceamento do direito de defesa, porque a exigência do Laudo Técnico de Avaliação decorre de lei e seu custo não se pode imputar à Fazenda Nacional, aí sim, à míngua de previsão legal. E, por outro lado, a contribuição confederativa decorre de lei, bem como o alegado excesso de cobrança, para ser provado, no caso, depende do Laudo de Avaliação do imóvel, na conformidade do art. 3º, § 4º, da Lei nº 8.847/94.

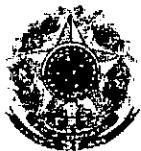
O Recorrente não apresentou laudo técnico e, por outros meios, não conseguiu se desincumbir da prova, quanto ao alegado no recurso, e, consabidamente, meras alegações desacompanhadas de provas e fundamentação respaldada na lei não se prestam para afastar a exigência em comento.

O Valor da Terra Nua - VTN pode ser revisto, na conformidade do § 4º do artigo 3º da Lei nº 8.847, de 28.01.94, pela autoridade competente, mas com base em Laudo Técnico passado por entidade ou profissional com habilitação e capacitação técnicas reconhecidas.

Essa disposição legal não foi atendida pelo recorrente, eis que a única prova trazida, nesse particular, foram aquelas peças, elaboradas de forma simplista, sem a necessária observância das instruções constantes das Normas de Execução nºs 01, de 19.05.95 e 02, de 08.02.96, ambas da SRF, em cujo item 12.6 enumera:

“12.6 Os valores referentes aos itens do Quadro de Cálculo do Valor da Terra Nua da DITR relativos a 31 de dezembro do exercício anterior, deverão ser comprovados através de:

- a) LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO, acompanhado de cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente registrada no CREA, efetuado por perito (Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal), devidamente habilitados, com os requisitos das Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 8799) demonstrando os métodos avaliatórios e fontes pesquisadas que levaram à convicção do valor atribuído ao imóvel;
- b) AVALIAÇÃO efetuada pelas Fazendas Estaduais (Exatorias) ou Municipais, bem como aquelas efetuadas pela EMATER com as características mencionadas na alínea “a”.”



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10930.001875/96-42

Acórdão : 203-05.639

Ademais, verifico, examinando a Notificação de fls. 03, que o valor de R\$ 4.338,81, como ITR exigido para o exercício de 1995 não pode ser considerado exorbitante, já que a área do imóvel rural é de 2.998,8ha, equivalendo a dizer que restou ele avaliado de forma razoável, no Município de Aripuanã-MT.

Por todo o exposto e por todo o mais que dos autos consta, voto no sentido de **negar provimento ao recurso**, para confirmar, como confirmei, a decisão recorrida, por seus judiciosos fundamentos.

É como voto.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1999



SEBASTIÃO BORGES TAQUARY